



184
10

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0264845-7
COMARCA: Altinho
APELANTE: Maria Rosilda de Oliveira Gomes
APELADO: Município de Altinho
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. VENCIMENTOS. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. GRATIFICAÇÃO DE 2/3 EM FUNÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO. SUPRESSÃO. NATUREZA *PROPTER LABOREM*. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À PERCEPÇÃO DESSA VANTAGEM EM CARÁTER PERMANENTE. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS VINCULANTES Nº 04 E Nº 15 DO STF. 1. Anotou-se, de proêmio, que não prospera a pretensão da apelante de receber *"vencimento básico não inferior ao salário mínimo constitucional ou piso da categoria"*. 2. Servidores estatutários têm remuneração prevista em lei, a eles não se aplicando parâmetros de natureza celetista, a exemplo de *"pisos de categoria"*. 3. Por outro lado, é manifestamente inconstitucional o disposto no art. 1º da Lei Municipal nº 1.087/2008, segundo a qual *"O vencimento-base a ser pago aos servidores do Município de Altinho não será inferior ao salário mínimo nacionalmente unificado"*, eis que nenhum servidor pode receber remuneração inferior ao salário-mínimo, por força de aplicação direta da própria norma constitucional. 4. O atrelamento do *vencimento-base* ao salário-mínimo viola o disposto no art. 7º, IV, da CF, e bem assim a Súmula Vinculante nº 04, do STF. 5. Assim, em sede de reexame necessário, merece reparo a sentença no ponto em que estipulou *"o pagamento dos quinquênios devidos, calculados sobre a remuneração mínima legal acima definida ou do vencimento básico, se este for maior do que o salário mínimo (...)"*. 6. A um, porque não se aplica ao caso em tela a Lei Municipal nº 1.087/08, mas a Lei Municipal nº 782/89 (art. 54) que expressamente determina a aplicação, no âmbito municipal, do Estatuto dos Servidores Estaduais (Lei Estadual nº 6.123/68), cuja disciplina aponta, como base de cálculo dos quinquênios, o valor do *vencimento-base* do cargo efetivo. 7. E, a dois, porque, como visto, o salário-mínimo não pode ser validamente utilizado como base de cálculo para fixação de remuneração de servidor público, nem por efeito reflexo. 8. Os quinquênios constituem vantagem pessoal que devem ser calculados nos termos da lei de regência específica, via de regra incidindo sobre o *vencimento-base* do cargo, ainda que este *vencimento-base* tenha valor inferior ao salário-mínimo nacional. 9. Assim, o valor da verba atinente aos quinquênios pretéritos devidos à autora (respeitado o prazo prescricional), deve ser calculado não com base no valor do salário-mínimo, mas sim sobre o valor do *vencimento-base* do cargo ocupado pela autora, tal como estipulado em lei formal, ainda que este tenha valor nominal inferior ao mínimo. 10. No tocante à percepção da gratificação de 2/3 sobre o *vencimento básico*, verifica-se que a mesma passou a ser percebida pela autora/apelante no mês de janeiro de 2006, vindo a ser suprimida dos seus vencimentos no mês de janeiro de 2010 (cf. 'recibos de pagamentos de salários' acostados aos autos). 11. Entretanto,



125
70

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

trata-se de uma parcela/gratificação de natureza *propter laborem*, vinculada à prestação de serviços em carga horária excedente à normal, enquanto necessitar a administração, nos termos do §3º do art. 32 da Lei Municipal nº 859/92, razão pela qual a autora/apelante não tem direito a receber dita vantagem de modo permanente, como se fosse ela inerente ao cargo. 12. Considerados todos esses aspectos, deu-se provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a reformar parcialmente a sentença de primeiro grau para o fim de (i) reconhecer à autora o direito aos quinquênios devidos; (ii) porém sendo calculados (esses quinquênios) sobre o valor do vencimento-base do cargo efetivo da autora, e respeitada a prescrição quinquenal; (iii) determinar que a atualização monetária e os juros de mora incidentes sobre a condenação imposta à Fazenda Pública seja efetuada de acordo com a regra constante do art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009, ou seja, mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros das cadernetas de poupança; (iv) mantidos os demais termos da sentença recorrida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0264845-7, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 25 de abril de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0264845-7

COMARCA: Altinho

APELANTE: Maria Rosilda de Oliveira Gomes

APELADO: Município de Altinho

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** interposta em face da sentença proferida nos autos da **Ação Ordinária de Cobrança de Diferença de Salário e Gratificações c/c Ação de Atualização Salarial com Pedido de Antecipação de Tutela** proposta por **Maria Rosilda de Oliveira Gomes** em face do **Município de Altinho**, julgada parcialmente procedente pelo Juízo de primeiro grau, nos seguintes termos:

“EMENTA: Constitucional, Administrativo e Processual Civil. Ação Ordinária de Cobrança de Diferença de Salário, c/c pedido de atualização salarial, c/c pedido de tutela antecipada. Servidora Pública Municipal efetiva e na ativa que reclama o pagamento de quinquênios devidos e de gratificação de 2/3 sobre os seus proventos. Lei Municipal que recepciona o Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais que na época contemplava o servidor público com o primeiro benefício. Lei complementar municipal nº 005/2009 extinguiu a referida gratificação quinquenal, devendo ser ressaltados os direitos adquiridos de quem fazia jus à gratificação até o início de sua vigência. Precedentes jurisprudenciais do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Autonomia administrativa e financeira do Município. Tutela antecipada deferida para implantação em folha de pagamento da mencionada primeira verba remuneratória. Quanto ao segundo pleito de pagamento da gratificação de 2/3, da remuneração da servidora autora, a mesma foi instituída pela Lei Municipal nº 859/92, todavia, tem caráter facultativo por interesse da administração pública. Citação regular, contestação e réplica. Despacho de julgamento antecipado, sem qualquer recurso. Procedência em parte do pedido vestibular. Condenação do Município no pagamento dos quinquênios devidos, com a ratificação da tutela antecipada deferida nos autos, bem como no valor atrasado encontrado no eventual lapso temporal não pago e não prescrito, acrescido de juros legais e correção monetária pela tabela do ENCOJE. Improcedência no tocante a gratificação indicada no segundo pleito.

(...)

ISTO POSTO:

E por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados por MARIA ROSILDA DE OLIVEIRA GOMES, qualificada nos autos, para CONDENAR o MUNICÍPIO DO ALTINHO-PE., nos seguintes termos:

180~



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

a) No pagamento mensal a servidora pública municipal acima referida de uma remuneração nunca inferior ao salário mínimo vigente, excetuando-se no seu cálculo a verba referente aos quinquênios, estes que são vantagens pessoais por tempo de serviço do servidor público;

b) No pagamento dos quinquênios devidos, calculados sobre a remuneração mínima legal acima definida ou do vencimento básico, se este for maior do que o salário mínimo, até o dia 12.11.2009, em face da Lei Complementar Municipal nº 005/2009, que a partir dessa data extingue esse benefício, devidos a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício do servidor público, no percentual de 5% (cinco por cento) do vencimento básico do mesmo, que não poderá ser inferior ao mínimo legal acima referido, tendo como teto 35% (trinta e cinco por cento) ao completar 35 (trinta e cinco) anos ou mais de trabalho efetivo para a administração pública, observando-se à prescrição quinquenal; e

c) Nas eventuais diferenças encontradas nas verbas acima, ou seja, tanto no mínimo legal, se já não vinha ou não vem sendo pago pelo Município réu, a partir do ajuizamento desta ação, e nos quinquênios devidos a cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço público até a data de sua extinção, observando-se à prescrição quinquenal.

JULGO IMPROCEDENTE o pedido de pagamento da gratificação de 2/3, instituída no artigo 32, da Lei Municipal nº 859/92, uma vez que se trata de uma verba remuneratória facultativa e não obrigatória para a administração pública municipal.

CONDENO, ainda, o Município réu no pagamento das custas processuais e nos honorários advocatícios, estes à base de 10%, (dez por cento) sobre o valor da causa atualizado, na conformidade do artigo 20, parágrafos 2º e 3º, do C. P. Civil.

Recorro ex-officio deste decismum, com base no artigo 475, inc. I, do C. P. Civil.

Decorrido o prazo do recurso voluntário, venham-me os autos conclusos para o despacho de remessa ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, para a apreciação deste decismum em sede recursal obrigatória.

Demais providências cabíveis."

No caso em tela, sustenta a autora, ora apelante (fls.141/149), ter sido admitida no quadro funcional do Município réu, por meio de concurso público, no cargo de Escriurária, desde 01 de abril de 1987, e desde sua admissão, a cada cinco anos trabalhados, teria adquirido o direito à percepção de quinquênios, no percentual de 5% (cinco por cento), e, em razão da sua carga horária, faria jus à gratificação sobre 2/3 da sua remuneração, com base no art. 32 da Lei Municipal nº 859/92.

Aduziu que a sentença *a quo* estaria equivocada ao estabelecer que o piso salarial dos servidores do Município de Altinho seria R\$ 380,00, pois a referida Lei Municipal determina que o piso seja igual ao salário mínimo vigente, assegurada a revisão anual na mesma data e sem distinção de índices.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Por fim, requereu o provimento do apelo para que o Município seja compelido ao pagamento das seguintes verbas: (i) vencimentos básicos da servidora com valor não inferior ao salário mínimo constitucional ou o piso da categoria; (ii) quinquênios no percentual de 5% (cinco por cento) a cada cinco anos de efetivo exercício; (iii) gratificação de 2/3, ante a ausência de ato formal (portaria) determinando a extinção da referida vantagem; (iv) diferenças referentes ao pagamento a menor dos vencimentos básicos, dos quinquênios, e da gratificação de 2/3, no período não atingido pela prescrição; e (v) juros, correção monetária e honorários de sucumbência, estes na razão de 20% (vinte por cento), tudo calculado sobre o valor da condenação.

Em suas contra-razões (fls. 152/159), argúi o Município de Altinho, em síntese: (i) a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 1.087/2008, pois o art. 7º da Constituição Federal veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim; (ii) o descabimento do pleito de pagamento das diferenças salariais, eis que a remuneração total da servidora nunca foi inferior ao salário mínimo; (iii) a impossibilidade de aquisição do direito à percepção da gratificação de 2/3, visto que a sua concessão é uma faculdade do poder público municipal aos servidores com jornada de trabalho complementar; pugnando, ao final, (iv) pelo improvimento do apelo e pela manutenção da condenação em honorários no percentual fixado pela sentença.

O Ministério Público com assento nesse Tribunal absteve-se de ofertar o parecer ante a ausência de interesse público no feito (fls.174/176).

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 17 de abril de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0264845-7

COMARCA: Altinho

APELANTE: Maria Rosilda de Oliveira Gomes

APELADO: Município de Altinho

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Trata-se, como visto, de ação de cobrança de verbas salariais, na qual resta documentalmente comprovada (fls.14/19 e 52/73) a condição da autora de servidora pública municipal.

A sentença *a quo* deferiu os pedidos formulados, determinando: (i) o pagamento mensal a servidora pública municipal acima referida de uma remuneração nunca inferior ao salário mínimo vigente, excetuando-se no seu cálculo a verba referente aos quinquênios, estes que são vantagens pessoais por tempo de serviço do servidor público; (ii) o pagamento dos quinquênios devidos, calculados sobre a remuneração mínima legal acima definida ou do vencimento básico, se este for maior do que o salário mínimo, até o dia 12.11.2009, em face da Lei Complementar Municipal nº 005/2009, que a partir dessa data extingue esse benefício, devidos a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício do servidor público, no percentual de 5% (cinco por cento) do vencimento básico do mesmo, que não poderá ser inferior ao mínimo legal acima referido, tendo como teto 35% (trinta e cinco por cento) ao completar 35 (trinta e cinco) anos ou mais de trabalho efetivo para a administração pública, observando-se à prescrição quinquenal; e (iii) as eventuais diferenças encontradas nas verbas acima, ou seja, tanto no mínimo legal, se já não vinha ou não vem sendo pago pelo Município réu, a partir do ajuizamento desta ação, e nos quinquênios devidos a cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço público até a data de sua extinção, observando-se à prescrição quinquenal. Entretanto, julgou improcedente o pedido de pagamento da gratificação de 2/3, por entender tratar-se de “uma verba remuneratória facultativa e não obrigatória para a administração pública municipal.”

A apelante insurge-se contra os seguintes pontos da sentença: (a) vencimentos básicos da servidora com valor não inferior ao salário mínimo constitucional ou o piso da categoria; (b) quinquênios no percentual de 5% (cinco por cento) a cada cinco anos de efetivo exercício; (c) gratificação de 2/3, ante a ausência de ato formal (portaria) determinando a extinção da referida vantagem; (d) diferenças referentes ao pagamento a menor dos vencimentos básicos, dos quinquênios, e da gratificação de 2/3, no período não atingido pela prescrição; e (e) juros, correção monetária e honorários de sucumbência, estes na razão de 20% (vinte por cento), tudo calculado sobre o valor da condenação.

Pois bem. Anoto, de proêmio, que não prospera a pretensão da apelante de receber “vencimento básico não inferior ao salário mínimo constitucional ou piso da categoria”.



187
AO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Servidores estatutários têm remuneração prevista *em lei*, a eles não se aplicando parâmetros de natureza celetista, a exemplo de “pisos de categoria”.

Por outro lado, é manifestamente inconstitucional o disposto no art. 1º da Lei Municipal nº 1.087/2008, segundo a qual “O vencimento-base a ser pago aos servidores do Município de Altinho não será inferior ao salário mínimo nacionalmente unificado”.

Nenhum servidor pode receber remuneração inferior ao salário-mínimo, por força de aplicação direta da própria norma constitucional.

Mas o *vencimento-base* pode ser inferior ao mínimo. Nesse sentido, o seguinte aresto do Supremo, julgado sob o regime de *repercussão geral*:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. SALÁRIO-BASE INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. ARTS. 7º, IV, E 39, § 3º (redação dada pela EC 19/98), DA CONSTITUIÇÃO.

I - Questão de ordem. Matéria de mérito pacificada no STF. Repercussão geral reconhecida. Confirmação da jurisprudência. Denegação da distribuição dos recursos que versem sobre o mesmo tema. Devolução desses RE à origem para adoção dos procedimentos previstos no art. 543-B, § 3º, do CPC. Precedentes: RE 579.431-QO/RS, RE 582.650-QO/BA, RE 580.108-QO/SP, Rel. Min. Ellen Gracie; RE 591.068-QO/PR, Rel. Min. Gilmar Mendes; RE 585.235-QO/MG, Rel. Min. Cezar Peluso. II - Julgamento de mérito conforme precedentes.

III - Recurso provido. (RE 582019 QO-RG, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 13/11/2008, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-030 DIVULG 12-02-2009 PUBLIC 13-02-2009 EMENT VOL-02348-05 PP-01023 LEXSTF v. 31, n. 362, 2009, p. 257-265).”

Por isso, atrelar o *vencimento-base* ao salário-mínimo viola o disposto no art. 7º, IV, da CF, e bem assim a Súmula Vinculante nº 04, do STF, que tem o seguinte teor:

“Salvo os casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial”

Prosseguindo, observo, da análise dos contra-cheques colacionados às fls.53/70, que a autora, nos exercícios de 2005 a 2010, recebeu, computando-se a verba correspondente à gratificação de 2/3 sobre o vencimento base, remuneração global via de regra igual ou superior ao valor do salário-mínimo.

Destarte, ainda que a municipalidade venha efetuando regularmente o pagamento dos quinquênios devidos à autora desde dezembro de 2005, segundo a prova dos autos (fls.52/73), importa perquirir, para efeito de pagamento futuro, se o valor dos quinquênios *deve ou não* ser computado para fins de *definição jurídica da remuneração mínima* a que se reporta o art. 7º, IV, da Constituição Federal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

188
A0

A meu sentir, os *quinqüênios* não hão de ser computados para fins de apuração do *mínimo constitucional*, que diz respeito à remuneração mínima devida pelo *exercício do cargo ou função* (ou *inerente* ao exercício do cargo ou função) - ainda que compreenda o pagamento de vantagens distintas do *vencimento-base*, a exemplo das gratificações em geral - *mas não às vantagens pessoais* (em especial os *quinqüênios*), que remetem *não ao exercício do cargo mas à esfera jurídica pessoal* do servidor.

Deveras, admitir o cômputo dos *quinqüênios* para efeito de cálculo do mínimo constitucional, significaria admitir, em casos como o vivenciado pela autora, a extinção, *na prática*, daquela vantagem pessoal, pelo *esvaziamento* de sua expressão econômica.

No entanto, em sede de reexame necessário, tenho que merece reparo a sentença no ponto em que estipulou "o pagamento dos *quinqüênios* devidos, *calculados sobre a remuneração mínima legal acima definida* ou do *vencimento básico*, se este for maior do que o *salário mínimo* (...)".

A um, porque não se aplica ao caso em tela a Lei Municipal nº 1.087/08, mas a Lei Municipal nº 782/89 (art.54) que expressamente determina a aplicação, no âmbito municipal, do Estatuto dos Servidores Estaduais (Lei Estadual nº 6.123/68), cuja disciplina aponta, como base de cálculo dos *quinqüênios*, o valor do *vencimento-base* do cargo efetivo.

E, a dois, porque, como visto, o *salário-mínimo* não pode ser validamente utilizado como base de cálculo para fixação de remuneração de servidor público, nem por efeito reflexo.

Os *quinqüênios* - repita-se - constituem vantagem pessoal que devem ser calculados nos termos da lei de regência específica, via de regra incidindo sobre o *vencimento-base* do cargo, ainda que este *vencimento-base* tenha valor inferior ao *salário-mínimo* nacional.

Pensar diversamente implicaria em vincular o pagamento de uma vantagem pessoal (o *quinqüênio*) ao valor do *salário-mínimo*, em violação expressa à regra inserta no art. 7º, IV, da Carta Magna.

Assim, o valor da verba atinente aos *quinqüênios* pretéritos devidos à autora (respeitado o prazo prescricional), deve ser calculado não com base no valor do *salário-mínimo*, mas sim sobre o valor do *vencimento-base* do cargo ocupado pela autora, tal como estipulado em lei formal, ainda que este tenha valor nominal inferior ao mínimo.

Deste modo, o equívoco da sentença *a quo* reside na circunstância de fixar como base de cálculo dos *quinqüênios* a *remuneração mínima legal que deve atingir um salário mínimo*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

A base de cálculos dos quinquênios é o vencimento básico, ainda que inferior ao mínimo.

No tocante à percepção da gratificação de 2/3 sobre o vencimento básico, verifica-se que a mesma passou a ser percebida pela autora/apelante no mês de janeiro de 2006, vindo a ser suprimida dos seus vencimentos no mês de janeiro de 2010 (cf. 'recibos de pagamentos de salários' – fls.53/71).

Entretanto, trata-se de uma parcela/gratificação de natureza *propter laborem*, vinculada à prestação de serviços em carga horária excedente à normal, enquanto necessitar a administração, nos termos do § 3º do art. 32 da Lei Municipal nº 859/92.

Por isso, a autora/apelante não tem direito a receber dita vantagem de modo permanente, como se fosse ela inerente ao cargo.

Finalmente, ainda em reexame de ofício, penso que a sentença também comporta reparo quanto à fixação dos percentuais aplicáveis a título de atualização monetária e de juros moratórios.

Nesse particular, deve-se observar a orientação normativa contida no art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009, cujo teor transcrevo a seguir:

"Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. (Redação dada pela Lei nº 11.960, de 2009)"

Considerados todos esses aspectos, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a **reformular parcialmente** a sentença de primeiro grau para o fim de (i) reconhecer à autora o direito aos quinquênios devidos; (ii) porém sendo calculados (esses quinquênios) sobre o valor do vencimento-base do cargo efetivo da autora, e respeitada a prescrição quinquenal; (iii) determinar que a atualização monetária e os juros de mora incidentes sobre a condenação imposta à Fazenda Pública seja efetuada de acordo com a regra constante do art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009, ou seja, mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros das cadernetas de poupança; (iv) mantidos os demais termos da sentença recorrida.

Recife, 20 de março de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator